

Superior Tribunal de Justiça

RE nos EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.469.363 - DF (2019/0081904-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : WILLIAN MARIANO DE ARAUJO
ADVOGADO : WILLAMYS FERREIRA GAMA - DF046214
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 5º, INCISO XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICE PROCESSUAL INTRANSPONÍVEL. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 895/STF**. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. **QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL. FALTA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por WILLIAN MARIANO DE ARAÚJO, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 400):

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O princípio da dialeticidade, conforme se extrai do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3.º do Código de Processo Penal, impõe ao Recorrente o ônus de demonstrar o desacerto da decisão agravada, impugnando direta e especificamente todos os fundamentos nela lançados para obstar sua pretensão.

2. O recurso especial não foi admitido pelo Tribunal de origem em razão dos óbices das Súmulas n.º 7/STJ, 83/STJ e 284/STF, bem como pela impossibilidade de análise de matéria constitucional no recurso especial. Contudo, nas razões do agravo, abordou-se apenas o tema do reexame fático-probatório (Súmula n.º 7/STJ), deixando-se de demonstrar o desacerto da decisão em relação aos demais óbices apontados.

3. É descabido o pedido de concessão de *habeas corpus* de ofício, já que este ocorre por iniciativa do próprio órgão julgador, não podendo ser utilizado como expediente para superar os vícios do recurso

Superior Tribunal de Justiça

inadmitido. Ademais, não se constata, de plano, qualquer ilegalidade flagrante que pudesse autorizar a atuação *ex officio* desta Corte, devendo a argumentação defensiva, caso se entenda oportuno, ser apresentada pelas vias processuais próprias.

4. Agravo regimental desprovido.

Os embargos de declaração opostos na sequência foram rejeitados (fls. 418/422).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 426/438), sustenta a parte recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido viola o disposto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, ao argumento de que não foi apreciado o mérito recursal por esta Corte Superior, não obstante a matéria trazida à baila ser de ordem pública.

Entende ser dispensável o reexame do conjunto fático-probatório na espécie.

Aduz que "houve impugnação em face da decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal acerca do não cabimento da Súmula 83/STJ (art. 59, *caput*, e 65, inciso III, alínea 'd', ambos do Código Penal) e Súmula 284/STF" (fl. 436).

Pontua que "a ausência de análise do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça configura violação à inafastabilidade de jurisdição", dada a ilegalidade no caso, que pode se reconhecer a "inclusive de ofício por meio de *habeas corpus*" (fl. 437).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 445/448 e 450/453.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Em relação à suposta violação do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, no julgamento do RE n. 956.302/GO, também sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal acolheu a tese de que "a questão da ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição, **quando há óbice processual intransponível ao exame de mérito**, ofensa indireta à Constituição ou análise de matéria fática, tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral" (Tema 895/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do julgado:

PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICES PROCESSUAIS INTRANSPONÍVEIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL. MATÉRIA FÁTICA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. Não há repercussão geral quando a controvérsia refere-se à alegação de ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição, nas hipóteses em que se verificaram óbices intransponíveis à entrega da prestação jurisdicional de mérito.

(RE 956.302/GO RG, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, julgado em 19/05/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-124 DIVULG 15-06-2016 PUBLIC 16-06-2016)

Ademais, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado na insurgência extraordinária negou provimento ao agravo regimental, mantendo decisão monocrática em que não se conheceu do agravo em recurso especial (fls. 369/370), em razão da deficiência da impugnação recursal, por não terem sido refutados os fundamentos da decisão agravada, em descompasso com o ônus da dialeticidade.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE n. 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

O acórdão foi ementado nos termos abaixo:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608.

(RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTRA v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

Sobre o tema, segue ainda precedente do Pleno do Excelso Pretório:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea "a",

Superior Tribunal de Justiça

primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente

